

Aveiro, 01 de setembro de 2020

NOTA DE IMPRENSA

Parecer e Contributos da CIRA à Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020 – 2030

- Ampliação e Qualificação de Infraestruturas de Saúde, Mais Cultura, Melhor Rede Ferroviária, Rodoviária e Portuária, Mais Coesão Territorial, entre as principais propostas e chamadas de atenção –

No âmbito de debate público promovido pelo Governo sobre o documento denominado “Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020 – 2030”, a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA) divulga publicamente o seu parecer e contributos para o cumprimento dos objetivos propostos (em anexo).

Apesar de considerar o documento em análise uma boa base para a versão final, a CIRA considera que o mesmo apresenta graves defeitos, omissões que não se podem aceitar, **excesso de visão e opções centralistas, falta de aposta concreta na coesão territorial à escala nacional**, referência a velhas questões sem uma nova abordagem, além de que lhe falta um quadro de investimentos base que permita enquadrar e dar realismo às opções estratégicas assumidas.

Investimento na Cultura

Do mesmo modo, a CIRA considera que **a Cultura tem referências muito ténues** e que as candidaturas de (para já sete) Cidades Portuguesas, de Norte a Sul, a Capital Europeia da Cultura 2027, trazem uma oportunidade de enorme relevância nacional para a aposta e investimento na Cultura, como instrumento de coesão territorial, de desenvolvimento e de atratividade dos territórios. Concretizando, **a CIRA propõe a**

assunção de investimentos em equipamentos e programação culturais de referência, podendo a rede das Cidades Candidatas a Capital Europeia da Cultura 2027, com a devida integração das Comunidades Intermunicipais em que se integram, ser uma boa base para ancorar um programa verdadeiramente nacional.

Vias para a Competitividade

A Rede Ferroviária e a Rede Portuária são outras das áreas que merecem reparos da Comunidade Intermunicipal, com a proposta de investimento na requalificação da rede ferroviária nacional, com **a execução do corredor ferroviário Aveiro, Viseu (troço novo), Guarda, Salamanca**, a alteração para a bitola europeia e a formalização de acordos de gestão de fronteira com Espanha e França, aumentando assim a competitividade das nossas exportações e a redução da pegada ecológica do setor dos transportes de mercadorias, com ganhos de sinergia pela ação integrada com os Portos.

Em termos portuários, a referência importante para a necessidade de dar continuidade ao processo de **desenvolvimento das infraestruturas do Porto de Aveiro, nomeadamente a acessibilidade marítima à barra de Aveiro**, colocando-o como uma componente ainda mais importante da rede portuária nacional, que deve prosseguir um caminho de especialização e de proximidade ao tecido produtivo industrial da Região.

Ao nível da rede viária, é reiterada a aposta no conjunto das vias da Região de Aveiro que integram as “Vias para a Competitividade” definidas no PIMTRA, e muito importantes para o aumento da competitividade das empresas, para o aumento da segurança na rede viária nas áreas urbanas e para a redução da pegada ecológica.

Qualificação de infraestruturas de Saúde

Considerando ainda que esta Visão Estratégica acontece como consequência da crise económica provocada pela Pandemia do Coronavírus / Covid-19, a CIRA aludiu à importância do Governo do País assumir a **resolução de problemas de estruturação e desequilíbrio de várias estruturas do Serviço Nacional de Saúde (SNS)**, evidenciados ainda mais pelo Combate à Pandemia.



A ampliação e qualificação do Hospital Infante D. Pedro, no quadro do Centro Hospital do Baixo Vouga (CHBV), com a criação de uma nova Unidade de Consulta Externa e um Centro Académico Clínico, e a qualificação dos Hospitais de Águeda e Estarreja que integram o CHBV, são a primeira das prioridades na Região de Aveiro.

A CIRA reitera ainda as prioridades de investimento para Região de Aveiro, para a Região Centro e para Portugal, no quadro das propostas feitas nos documentos já divulgados, nomeadamente as propostas apresentadas para o Plano Nacional de Investimentos 2030 e a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial para a Região de Aveiro 2030, entregue ao Governo em fevereiro de 2020 e cuja atualidade se mantém.

Agradecemos toda a atenção dispensada e apresentamos os nossos melhores cumprimentos,

**José Ribau Esteves,
Presidente da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.**

Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030

Parecer e Contributos da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro

I. Nota de Introdução

De forma objetiva e sumária, no âmbito do debate público promovido pelo Governo sobre a Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030, apresentamos o parecer da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro numa lógica justaposta aos objetivos do documento em causa, bem como ao reiterar das prioridades de investimento que entendemos defender para a Região de Aveiro, para a Região Centro e para Portugal, no quadro dos documentos prospectivos já elaborados, nomeadamente o PNI 2030 e a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial para a Região de Aveiro 2030 entregue ao Governo em fevereiro de 2020 e cuja atualidade se mantém.

Apostamos de forma determinada na expansão e na qualificação da oferta pública de infraestruturas e de serviços, na capacitação dos agentes económicos para aumentar a sua competitividade, em vários domínios do “Estado Social” cuidado sempre e em primeiro lugar das Pessoas, origem e destino de tudo o que fazemos.

Consideramos que o documento em análise é uma boa base para a versão final que sairá da participação pública aberta até 21AGO20, assim como para o Plano de Recuperação Económica que o Governo tem de entregar à Comissão Europeia, na perspetiva de aproveitarmos bem as oportunidades extraordinária de financiamento que vamos ter no Plano de Recuperação Europeu ao qual se vai somar o Quadro Financeiro Plurianual 2021/2027.

No entanto essa boa base tem graves defeitos, omissões que não se podem aceitar, excesso de visão e opções centralistas, falta de aposta concreta na coesão territorial, referência a velhas questões sem uma nova abordagem, além de que lhe falta um quadro de investimentos base que permita enquadrar e dar realismo às opções estratégicas assumidas.

II. **Graves Defeitos e Propostas de Alteração**

Dos principais defeitos que elencamos no documento e cuja correção entendemos como absolutamente relevante, destacamos os seguintes:

a) Visão e Opções Centralizadas excessivamente em Lisboa

-» Nota:

Em áreas tão diversas como a Cultura, a Rede Ferroviária, a Administração Pública, entre várias outras, a visão e as opções centralistas pontuam excessivamente o documento, retirando-lhe a dimensão total de portugalidade e a coerência com algumas das apostas assumidas como importantes na parte dedicada à coesão do território.

--»» Proposta:

Este é um caminho errado que na década que estamos a começar tem de ser corrigido. A aposta na totalidade do País é fundamental para que se possam desenvolver potenciais endógenos de todas as zonas do País, e também para que se reduza a pressão urbana e populacional de Lisboa.

b) Cultura Centralista ou Instrumento de Coesão e Competitividade Territorial

-» Nota:

A Cultura tem referências muito ténues no documento, ficando a mais relevante para a aposta na capacitação de Lisboa como uma oferta cultural relevante, opção que merece a nossa mais veemente discordância.

--»» Proposta:

A oportunidade das candidaturas de (para já sete) Cidades Portuguesas, de Norte a Sul, a Capital Europeia da Cultura 2027, é de enorme relevância nacional para que a aposta e o investimento na Cultura sejam relevantes instrumentos de coesão territorial, de desenvolvimento e de atratividade dos territórios, pelo que se deve assumir o investimento em equipamentos e programação culturais de referência podendo a rede das Cidades Candidatas a Capital Europeia da Cultura 2027 ser uma boa base para ancorar um programa verdadeiramente nacional, que desde logo

envolva cada uma das NUTIII / Comunidades Intermunicipais em que cada uma dessas Cidades está inserida.

c) Rede Ferroviária e Rede Portuária

-» Nota:

A forte aposta que o País tem de fazer na Rede Ferroviária para deixar de ser uma “ilha” no contexto europeu, assim como a ligação operacional dessa mesma Rede aos Portos e às zonas do País mais exportadoras para a Europa, nomeadamente o Norte e o Centro de Portugal, não estão assumidas no documento.

--»» Propostas:

A assunção da bitola europeia tem de ser assumida definitivamente no investimento de requalificação da Rede Ferroviária Nacional, assim como a formalização de acordos de gestão de fronteira, com Espanha e França, para termos corredores disponíveis para os comboios portugueses entrarem pela Europa de forma competitiva e atempada no que respeita à logística das mercadorias.

A Ligação Ferroviária entre Aveiro, Viseu, Guarda e Salamanca, ancorada no Porto de Aveiro, com um troço novo entre Aveiro e Viseu, com o perfil técnico para ser competitiva face ao transporte rodoviário, é uma aposta fundamental para a competitividade das nossas exportações e para a redução da pegada ecológica deste setor dos transportes.

O Porto de Aveiro tem necessidade de prosseguir o seu processo de capacitação das suas infraestruturas, nomeadamente a acessibilidade marítima da barra de Aveiro, colocando-o como uma componente ainda mais importante da Rede Portuária Nacional, que deve prosseguir um caminho de especialização e de proximidade ao tecido produtivo industrial que tem no “hinterland” de cada um dos seus Portos.

III. Outros Pontos Fracos, Omissões e Propostas de Capacitação

Dos principais pontos fracos e omissões que entendemos existirem no documento, escolhemos quatro para referenciar e apresentar propostas que capacitam o documento:

a) Descentralização e o Papel dos Municípios

-» Nota:

Nas referências à Administração Pública e nas apostas em áreas chave de investimento, os Municípios têm uma presença meramente pontual em todo o documento.

--»» Propostas:

Os Municípios, as Áreas Metropolitanas e as Comunidades Intermunicipais, são unidades do Estado chave para a gestão do processo de recuperação económica, tendo o Combate à Pandemia do Coronavírus / Covid-19 demonstrado que, na esfera da Administração Pública, quem conhece o território, as Pessoas e tem capacidade de percepção e de decisão rápida, são os Municípios, pelo que a aposta na Descentralização e na sua maior capacidade de intervenção é absolutamente fundamental para que o processo em que estamos envolvidos tenha o devido e necessário sucesso.

b) Novo Paradigma das Cidades e a Mobilidade

-» Nota:

A mobilidade surge no documento como uma área relevante de investimento e a base do novo paradigma das Cidades.

--»» Propostas:

Sendo seguramente um fator de elevada importância, a mobilidade tem de ser uma peça do puzzle da regeneração ou desenvolvimento urbano em curso e a necessitar de muito mais investimento, sendo esta área de investimento integrado, seguramente chave para a elevação da qualidade de vida urbana e para a elevação da atratividade dos territórios ao nível do investimento privado e dos mercados turístico.

c) Autarquias-Laboratório

-» Nota:

A ideia apresentada no documento das “Autarquias-Laboratório” é muito interessante mas tem de ser assumida como uma possibilidade acessível a todas as Autarquias e Associações de Municípios, e tem de ter como base experiências importantes que temos a nível nacional.

--»» Propostas:

O Município de Aveiro e a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA) são seguramente a nível nacional e a vários níveis a nível da Europa, um dos bons exemplos de desenvolvimento de projetos com plataformas colaborativas entre o Poder Local, as Universidades e as Empresas, com projetos tão relevantes com o Parque de Ciência e Inovação da Região de Aveiro e o “Aveiro STEAM City” que se pretende ampliar para a escala da NUT III da Região de Aveiro.

A CIRA tem capitalizado uma experiência de Associativismo Municipal de 30 anos, com muitos projetos de escala verdadeiramente intermunicipal, respondendo às necessidades que exigem essa dimensão de resposta, entendo que deve ser assumida como uma “CIM-Laboratório” para aprofundar ainda mais esse trabalho, multiplicando-o à escala nacional.

d) Serviço Nacional de Saúde

-» Nota:

O documento assume bem o Serviço Nacional de Saúde (SNS) como uma prioridade ao nível do investimento e da capacitação, mas tem de assumir a resolução de problemas de estruturação e desequilíbrio que várias estruturas têm, e que o Combate à Pandemia do Coronavírus / Covid-19 veio evidenciar.

--»» Propostas:

A ampliação e a qualificação do Hospital Infante D. Pedro (de Aveiro) no quadro do Centro Hospitalar do Baixo Vouga (CHBV), com a criação de uma nova unidade de consulta externa e um Centro Académico Clínico, a qualificação dos

Hospitais de Águeda e Estarreja que integram o CHBV, são a primeira das prioridades na Região de Aveiro (matéria tratada noutras partes deste documento).

A integração e/ou articulação com o CHBV, dos Hospitais de Anadia e de Ovar, o trabalho de verdadeira equipa cuidando da integração das abordagens da gestão da saúde das populações entre o CHBV / Hospitais e a Rede de Cuidados Primários de Saúde, são apostas fundamentais para que a qualidade do serviço se eleve aos níveis que a população exige e merece, com o envolvimento das capacidades de formação e investigação da Universidade de Aveiro.

IV. Questões Velhas e Propostas de Nova Abordagem

Das principais questões velhas que entendemos existirem no documento, escolhemos quatro para referenciar e apresentar propostas que capacitam o documento:

a) Ciclo Urbano da Água

-» Nota:

A aposta no Ciclo Urbano da Água surge de forma natural sem assumir que se trata de uma prioridade que se arrasta ao nível do investimento nacional com recurso aos Fundos Comunitários.

--»» Propostas:

É necessária a assunção dos investimentos no Ciclo Urbano da Água para que o País termine a sua capacitação e tendo em todo o território a materialização de políticas sustentáveis de investimento e de tarifário, promovendo as necessárias operações de fusão de entidades e de verticalização da gestão dos sistema de alta e baixa ao nível da água e do saneamento básico, e procedendo a uma profunda reforma do Grupo Águas de Portugal.

b) Habitação Social com as Autarquias

-» Nota:

A apostas na Habitação Social surge de forma natural sem assumir que se trata de uma velha prioridade que tem de ser retomada ao nível do investimento nacional com recurso aos Fundos Comunitários e com o fracasso da gestão centralizada do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana.

--»» Propostas:

A assunção dos investimentos na Habitação Social pelas Câmaras Municipais, num quadro sustentável de Descentralização, incluindo a reabilitação dos fogos existentes de Habitação Social e a construção de mais, é absolutamente fundamental para que se eleve a qualidade da resposta do País numa das suas áreas mais críticas e há muito abandonadas pelo Estado, com contributos relevantes para a verdadeira inclusão social.

c) Intervenções no Litoral

-» Nota:

A apostas nas intervenções de defesa do Litoral e do território na sua linha costeira, tem uma referência ténue no documento, mesmo sendo uma área que no futuro carece de investimentos relevantes ao nível da alta e da baixa na água e do saneamento básico, concretizando a devida verticalização da gestão dos sistemas.

--»» Propostas:

A defesa do Litoral, da zona costeira e do território adjacente é absolutamente capital, com técnicas tradicionais e inovadoras como as defesas destacadas, devendo o documento ter uma referência à zona do País onde o problema é mais crítico e a necessidade de investimento é mais premente: a costa Aveirense, de Ovar a Vagos.

d) Clusterização da Economia

-» Nota:

A Clusterização da economia nacional é uma aposta muito forte no documento, o que se saúda mas que tem de assentar nas experiências em curso há vários anos nas quais o Governo e o País desinvestiram.

--»» Propostas:

Apostar na valorização dos Clusters nacionais que têm organização e enorme necessidade de apoio, ao nível financeiro e do incentivo aos Poderes Públicos, às Universidades e aos Centros de Investigação e Desenvolvimento, e em especial às Empresa, para uma participação ativa em projetos que potenciem as sinergias institucionais, a investigação e o desenvolvimento, a inovação, e a conquista de novos mercados para exportação de produtos nacionais.

V. Plano Nacional de Investimentos / PNI 2030

- Propostas da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro

As quatro prioridades da Região de Aveiro propostas a integrar no Plano Nacional de Investimentos / PNI 2030, na perspetiva do seu desenvolvimento desde já e da sua execução até 2027 com financiamento do Plano de Recuperação Europeu e/ou do Quadro de Fundos Comunitários 2021/2027, com participação dos orçamentos dos Municípios e do Estado, e que reiteramos no quadro de recuperação económica que estamos a viver, são as seguintes:

1. Capacitação do Centro Hospitalar do Baixo Vouga (CHBV) / Ampliação do Hospital Infante D. Pedro e Qualificação dos Hospitais de Águeda e Estarreja

-» ideia base: construção da ampliação do Hospital Infante D. Pedro com um edifício para a Consulta Externa e outro para o Centro Académico Clínico, e a qualificação do

edificado atual. No quadro do Centro Hospitalar do Baixo Vouga (CHBV) realizar a qualificação dos Hospitais de Águeda e Estarreja. Realização de um estudo de viabilidade de integração no CHBV dos Hospitais de Ovar e Anadia. Capacitação da sua relação intensa com a população dos onze Municípios que integram a Região de Aveiro;

-» valor previsional do investimento: 120 M€ (milhões de euros).

2. Vias para a Competitividade (PIMTRA)

-» ideia base: conjunto de Vias Estruturantes de sustentabilidade dos acessos a áreas de Localização Empresarial da Região de Aveiro, definidas no Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes / PIMTRA, e cuja concretização tem como principal objetivo, a redução dos custos de logística das empresas e das emissões de CO₂ das viaturas pesadas de transporte de matérias primas e produto acabado das Empresas da Região de Aveiro. Esta estratégia de investimento assume-se como fundamental para a dinamização económica de toda a Região, valorizando também os grandes eixos viários já construídos, que, pela falta de adequados acessos, não assumiram devidamente a sua função indutora de desenvolvimento regional. Também é relevante referir que a construção dos acessos rodoviários citados vai alterar o paradigma da mobilidade na Região retirando dos aglomerados urbanos o transporte de mercadorias que hoje se faz à custa de arruamentos municipais e de alguns nacionais que atravessam núcleos de elevada densidade populacional, o que terá como consequência um incremento de qualidade de vida dessas populações que passarão a estar expostas a menores emissões de CO₂. Em simultâneo vamos promover a mobilidade elétrica e os modos suaves de mobilidade (pedonal e ciclável);

-» valor previsional do investimento: 77 M€.

3. Qualificação da Ria de Aveiro, Defesa Costeira e Gestão das Alterações Climáticas

-» ideia base: prosseguir o investimento desenvolvido pela Polis Litoral Ria de Aveiro na qualificação e valorização da Ria de Aveiro, articulando essas ações com os investimentos necessários na defesa da orla costeira nomeadamente nas zonas de maior risco dos Municípios de Ovar, Ílhavo e Vagos. Tendo em conta a especificidade reconhecida deste território, é também fundamental promover a sua capacitação, competência e resiliência para as alterações climáticas. Com a devida articulação e sustentabilidade no crescimento turístico da Região e da Ria de Aveiro, vamos investir na promoção da náutica desportiva e de recreio, com a ativação das Estações Náuticas nos Municípios da orla costeira da Ria de Aveiro e na Região;

-» valor previsional do investimento: 200 M€.

4. Ligação Ferroviária Aveiro / Viseu / Salamanca

(investimento de expressão Nacional e em especial nas NUT II do Norte e Centro)

-» ideia base: propiciar às empresas exportadoras para a Europa uma oferta de transportes competitiva e ambientalmente equilibrada, em bitola europeia para a devida integração na rede ferroviária europeia, com um troço novo entre Aveiro e Viseu, e a utilização do traçado da Linha da Beira Alta entre Mangualde e Guarda, saindo para Espanha por Vila Franca das Naves;

-» valor previsional do investimento: 1.200 M€.

VI. Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Aveiro 2030

- Propostas da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro

São oito os “Projetos-âncora Intermunicipais” definidos na Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Aveiro 2030 (EIDT-RA 2030), que definimos no início de 2020, na perspetiva do seu desenvolvimento desde já e da sua execução até 2027 com financiamento do Plano de Recuperação Europeu e/ou do Quadro de Fundos Comunitários 2021/2027, com participação dos orçamentos dos Municípios e do Estado, e que reiteramos no quadro de recuperação económica que estamos a viver, tendo o mapa financeiro de todos os objetivos definidos na EIDT-RA 2030 um valor de 580 milhões de euros.

Sublinhe-se que, em grande parte, foram, atempadamente, consensualizadas entre os onze Municípios da Região de Aveiro e aprovados pelo Conselho Intermunicipal, pela Assembleia Intermunicipal e pelo Conselho Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Região de Aveiro.

Assumindo os objetivos estratégicos definidos, assentes em três pilares fundamentais - Pessoas, Sustentabilidade e Competitividade -, a Região de Aveiro sublinha a particular importância de se concretizarem os seguintes projetos / iniciativas no período de programação em causa:

1. Capacitação do Centro Hospitalar do Baixo Vouga (CHBV) / Ampliação do Hospital Infante D. Pedro e Qualificação dos Hospitais de Águeda e Estarreja

- construção da ampliação do Hospital Infante D. Pedro com um edifício para a Consulta Externa e outro para o Centro Académico Clínico, e a qualificação do edificado atual. No quadro do Centro Hospitalar do Baixo Vouga (CHBV) realizar a qualificação dos Hospitais de Águeda e Estarreja. Estudo de viabilidade de integração no CHBV dos Hospitais de Ovar e Anadia.

2. Polis Ria II - Qualificação da Ria de Aveiro, Defesa Costeira e Alterações Climáticas

- prosseguir o investimento desenvolvido pela Polis Litoral Ria de Aveiro na qualificação e valorização da Ria de Aveiro (incluindo a Pateira de Fermentelos e os Rios principais da Região), dando continuidade ao Plano de Ação realizado e previsto, articulando essas ações com os investimentos necessários na defesa da orla costeira nomeadamente nas zonas de maior risco dos Municípios de Ovar, Ílhavo e Vagos. Tendo em conta a especificidade reconhecida deste território, é também fundamental promover a sua capacitação, competência e resiliência para as alterações climáticas. Com a devida articulação e sustentabilidade no crescimento turístico da Região e da Ria de Aveiro, vamos investir na promoção da náutica desportiva e de recreio, com a ativação das Estações Náuticas nos Municípios da orla costeira da Ria de Aveiro e na Região.

3. Vias para a competitividade intermunicipal

- conjunto de Vias Estruturantes de sustentabilidade dos acessos a Áreas de Localização Empresarial da Região de Aveiro, definidas no Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes / PIMTRA, e cuja concretização tem como principal objetivo, a redução dos custos de logística das empresas e das emissões de CO₂ das viaturas pesadas de transporte de matérias primas e produto acabado das Empresas da Região de Aveiro.

4. Valorização do Parque de Ciência e Inovação – Creative Science Park (2^afase)

- garantir a capacidade de acolhimento e desenvolvimento empresarial e de negócios do Parque de Ciência e Inovação, dando sequência ao seu plano de investimento inicial, possibilitando a expansão e concretização das outras áreas de especialização previstas e emergentes. Dotar o PCI da capacidade infraestrutural adequada ao cumprimento da sua missão, nomeadamente na criação, desenvolvimento e inovação associação à competitividade empresarial

da Região de Aveiro, no quadro da sua articulação com as Áreas de Acolhimento Empresarial e de valorização da Incubadora de Empresas da Região de Aveiro.

5. Qualificação da Rede Escolar e da Rede de Cuidados Primários de Saúde

- permitir a adequação da oferta às necessidades demográficas regionais, às exigências de uma formação de qualidade e às orientações estratégicas intermunicipais expressas neste documento; a qualidade de vida, atratividade e competitividade da Região de Aveiro assentam – em primeiro lugar – na sua capaz resposta às necessidades de formação em todos os níveis de ensino. Esta está, necessariamente, associada à existência de uma rede escolar qualificada, sendo, consequentemente, necessário proceder a qualificação infraestrutural da parte ainda em falta da rede escolar da Região. Esta deverá estar, necessariamente em articulação com a complementar qualificação e valorização funcional da sua rede de Cuidados Primários de Saúde.

6. Aveiro2027 Capital Europeia da Cultura

- a candidatura de Aveiro a Capital Europeia da Cultura tem uma expressão regional e resultará em impactos relevantes para toda a Região de Aveiro, tanto do ponto de vista da criação, produção e acolhimento de iniciativa cultural, como nas demais atividades económicas. A valorização intermunicipal da oferta, num quadro de promoção territorial de âmbito nacional e internacional, tornam este processo de candidatura numa oportunidade relevante para toda a Região.

7. Sistema Intermunicipal de Monitorização Ambiental

- a EIDT.RA 2030 é muito precisa o objetiva na identificação da sustentabilidade ambiental como aspeto central das políticas públicas e investimentos estratégicos intermunicipais. Dotar a Região de instrumentos de monitorização e avaliação, capazes de qualificar a decisão e a condução dos

processos e projetos da próxima década é determinante. Um Sistema Intermunicipal de Monitorização Ambiental, absolutamente alinhado com o objetivo temático europeu da criação de uma Europa mais Verde é, neste domínio, prioritário para a eficaz implementação da presente estratégia. A Região de Aveiro, tanto pelas características e sensibilidades específicas do seu território, face às alterações climáticas, como pelas condições privilegiadas no âmbito do conhecimento e dos instrumentos disponíveis, pode posicionar-se como região piloto em Portugal no domínio da Sustentabilidade Ambiental.

8. Ligação Ferroviária Aveiro / Viseu / Salamanca

- (investimento de expressão nacional e em especial nas NUT II do Norte e Centro) propiciar às empresas exportadoras para a Europa uma oferta de transportes competitiva e ambientalmente equilibrada, em bitola europeia para a devida integração na rede ferroviária europeia, com um troço novo entre Aveiro e Viseu, e a utilização do traçado da Linha da Beira Alta entre Mangualde e Guarda, saindo para Espanha por Vila Franca das Naves.

São vários os instrumentos que a Região pode vir a liderar e/ou integrar para a execução deste Plano de Ação, integrando alguns dos projetos -âncora aqui definidos, com um destaque particularmente especial à aposta da Comunidade Intermunicipal em liderar a gestão de uma ITI / Iniciativa Territorial Integrada que enquadre os principais projetos que a EIDT.RA 2030 define e assume como prioritários, numa lógica de aumento da competitividade, da sustentabilidade e de capacitação do território.

Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro

Vista Alegre, Ílhavo, 10 de agosto de 2020